

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

I – INFORMAÇÕES BÁSICAS

Nº Processo Administrativo: 016-2025

Área Requisitante: Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos.

Elaboração do ETP: Emanuella Santos Souto, Matrícula Nº 0025896, Secretaria de Planejamento e Orçamento.

De acordo com o art. 6º, inciso XX, da Lei 14.133/2021, o estudo técnico preliminar é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução. Ainda de acordo com tal dispositivo, seu objetivo é servir de base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados. Por essa razão, não é objetivo deste documento adentrar em algumas questões técnicas e/ou escolha de metodologias construtivas que constituírem definições aplicáveis à etapa de desenvolvimento dos projetos.

II – DIAGNÓSTICO ATUAL E ESTUDO DA NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

1- DESCRIÇÃO DO PROBLEMA A SER RESOLVIDO (NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO)

Este item visa atender ao seguinte elemento **obrigatório** do ETP:

Art. 18, § 1º, inciso I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

A Praça Dom Moura constitui-se como um dos principais espaços públicos de lazer, convivência e circulação urbana do Município de Garanhuns/PE, desempenhando relevante função social, paisagística e urbanística. Atualmente, os Trechos 01 e 02 do referido logradouro encontram-se em processo de reforma, com o objetivo de requalificar a infraestrutura existente e adequar o espaço às necessidades da população usuária. Contudo, o Trecho 03 permanece em condições físicas e funcionais inferiores, apresentando desgastes decorrentes do uso contínuo, da ação do tempo e da ausência de intervenções recentes.

A manutenção do Trecho 03 em estado inadequado, em contraste com os demais trechos em processo de revitalização, compromete a unidade visual, funcional e operacional da Praça Dom Moura, além de gerar riscos à segurança dos usuários, em razão de pavimentação deteriorada, mobiliário urbano obsoleto ou danificado,

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

deficiência na iluminação e inadequações quanto à acessibilidade. Tal situação configura um problema público, na medida em que limita o uso pleno do espaço, afeta negativamente a experiência dos frequentadores e reduz a efetividade dos investimentos já realizados nos Trechos 01 e 02.

Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de realização da reforma do Trecho 03, de modo a assegurar a continuidade das ações de requalificação da praça como um todo. A intervenção demandada envolve serviços especializados de engenharia e arquitetura, tais como recuperação e adequação de pavimentos, substituição e instalação de mobiliário urbano, melhorias no sistema de iluminação, adequações de acessibilidade, paisagismo e demais serviços correlatos, cuja execução requer capacidade técnica específica e observância às normas técnicas vigentes.

A reforma do Trecho 03 tem por finalidade solucionar as deficiências estruturais e funcionais existentes, promover a integração plena com os Trechos 01 e 02 e garantir a uniformidade do espaço público, assegurando condições adequadas de uso, segurança, conforto e acessibilidade à população. Ademais, a intervenção contribuirá para a valorização do entorno urbano, a preservação do patrimônio público e o fortalecimento do convívio social.

Assim, o presente Estudo Técnico Preliminar justifica-se pela necessidade de atendimento ao interesse público, demonstrando a adequação da solução proposta e a imprescindibilidade da contratação para viabilizar a reforma do Trecho 03 da Praça Dom Moura, em consonância com as diretrizes de planejamento urbano e com as políticas públicas municipais do Município de Garanhuns/PE.

Diante do apresentado, este estudo irá definir a melhor solução para o atendimento da necessidade da administração pública.

2 - ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

Este item visa atender ao seguinte elemento do ETP:

Art. 18, § 1º, inciso II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

Se tratando da previsão desta contratação no Plano de Contratações Anual, o mesmo não foi elaborado no exercício de 2024 pelo município de Garanhuns/PE. Vem

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

sendo elaborado, conforme o Decreto Municipal 049/2023 em anexo, para o ano de 2025.

Porém, a contratação pretendida encontra amparo no planejamento da Lei Orçamentária do exercício de 2025, conforme fonte de custeio indicada abaixo:

Órgão	12000	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Unidade orçamentária	12001	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Função	15	Urbanismo
Sub-Função	451	Infraestrutura Urbana
Ação	1.1015	Construção, reforma e aquisição de bens móveis e imóveis para ampliação e adequação de praças, parques e jardins.
Despesa	468	Aplicações Diretas
Elemento	4.4.90.51	Obras e Instalações
Recurso	100	Recursos Próprios

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Este item visa atender ao seguinte elemento do ETP:
Art. 18, § 1º, inciso III - requisitos da contratação;

Para o atendimento da necessidade da administração estabelecido anteriormente, os seguintes requisitos devem ser atendidos:

- A obra deve atender às normas técnicas pertinentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), assegurando qualidade, vida útil e segurança. São elas:
 1. **NBR 9050/2021 - Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos:** Estabelece diretrizes para garantir a acessibilidade em espaços públicos;
 2. **NBR 16537 - Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação:** Estabelece diretrizes para a elaboração de projetos e a instalação de sinalização tátil em pisos, visando a acessibilidade de pessoas com deficiência visual. A norma define tipos de sinalização, dimensões, materiais e posicionamento, assegurando que as orientações táteis sejam eficazes e atendam às necessidades dos usuários, promovendo a segurança e a autonomia em espaços públicos;
 3. **NBR 5410 - Instalações elétricas de baixa tensão:** Estabelece requisitos para a execução de instalações elétricas de baixa tensão, com foco em segurança, eficiência e proteção de pessoas e bens;

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

4. **NBR 5626 – Instalação predial de água fria:** Define os requisitos para o projeto, execução e manutenção de sistemas prediais de água fria e quente, aplicando-se a qualquer tipo de edifício, residencial ou não;
5. **NBR 6118 – Projeto de estruturas de concreto – Procedimento:** Estabelece os requisitos básicos exigíveis para projeto de estruturas de concreto simples, armado e protendido.
 - A obra deve atender as especificações das Normas Regulamentadoras (NR) pertinentes, principalmente as abaixo relacionadas:
1. **NR-6 – Equipamentos de Proteção Individual – EPI:** Estabelece os requisitos para aprovação, comercialização, fornecimento e utilização de Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
2. **NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em eletricidade:** Estabelece os requisitos e condições mínimas objetivando a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que, direta ou indiretamente, interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade;
3. **NR 18 – Segurança e saúde no trabalho na indústria da construção:** Estabelece diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que visam à implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na indústria da construção;
 - O acompanhamento da execução deve ser realizado em conformidade com o projeto, com os prazos estabelecidos e com o orçamento;
 - A obra deve ser executada com utilização de materiais de primeira qualidade e mão-de-obra qualificada;
 - É necessário o atendimento da **Lei Municipal Nº 4619, de 01 de novembro de 2019**, que dispõe sobre o licenciamento ambiental no Município de Garanhuns e dá outras providências;
 - É necessário o atendimento da **Resolução 307/2022 do CONAMA**, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

Considerando a natureza complexa da intervenção em questão, determinados requisitos ainda não podem ser integralmente definidos nesta etapa inicial, uma vez que sua especificação está condicionada à conclusão dos projetos executivos e/ou à

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

consulta a especialistas técnicos das respectivas áreas envolvidas. Assim, alguns parâmetros técnicos e operacionais serão estabelecidos posteriormente, à medida que houver maior aprofundamento nos estudos e detalhamentos necessários à plena viabilidade da obra.

4 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

Este item visa atender a ao seguinte elemento **obrigatório** do ETP:

Art. 18, § 1º, inciso IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

1. Realização de requalificação da Praça Dom Moura, localizada entre a avenida Afonso Pena e a rua Dantas Barreto, no Bairro Santo Antônio. A praça possui aproximadamente 4.719,1 metros quadrados nos seus módulos 01 e 02, de acordo com levantamento topográfico realizado.

Nº	Praça Pública	Área de reforma estimada (m²)
01	requalificação do trecho 3 que junto com os trechos 1 e 2 caracterizam a praça dom moura, localizada no bairro Santo Antônio, na cidade de Garanhuns - PE	1.964,47
TOTAL		1.964,47 m²

Os quantitativos apresentados servem de ordem de grandeza para estimar o valor da contratação. Serão melhor definidos após a realização dos projetos executivos e planilha orçamentária. Os quantitativos definitivos irão constar de forma detalhada na memória de cálculo da planilha orçamentária.

III - AVALIAÇÃO DAS POSSÍVEIS ALTERNATIVAS

5 – ANÁLISE DE ALTERNATIVAS

Este item visa atender a ao seguinte elemento do ETP:

Art. 18, § 1º, inciso V - levantamento de mercado, que consiste na **análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar**;

Para a resolução da necessidade da administração pública, tem-se duas possíveis alternativas: execução de forma direta ou indireta.

Na execução de forma direta, o município de Garanhuns enfrentaria as seguintes dificuldades:

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

- Insuficiência de infraestrutura operacional: O município atualmente não dispõe de equipe técnica nem de maquinário com capacidade suficiente para a execução eficiente e em escala adequada dos serviços demandados;
- Complexidade na gestão de recursos operacionais: A multiplicidade de frentes de serviço sob responsabilidade da equipe própria exigiria um rigoroso controle logístico e administrativo, abrangendo o gerenciamento de pessoal, o fornecimento contínuo de materiais e a alocação adequada de equipamentos, o que poderia comprometer a fluidez e o cronograma de execução;
- Déficit de mão de obra especializada: Identifica-se a ausência de profissionais com qualificação técnica específica no quadro municipal, o que demandaria investimentos prévios em capacitação e treinamentos, impactando diretamente no tempo e na qualidade da entrega dos serviços;
- Risco de atrasos na execução: A carência de expertise em processos construtivos padronizados e boas práticas operacionais representa um fator crítico que pode comprometer a eficiência e a pontualidade na execução das atividades previstas;
- Dependência sob outras contratações: para execução dos serviços seria necessária a aquisição de materiais, aluguel/compra de maquinários e manutenção dos mesmos, gerando um custo maior para a administração pública, custos estes não previstos no Orçamento Anual para o exercício de 2025.

Ainda que, tais providências de estruturação fossem implementadas, o grau de especialização das empresas é superior. Sendo assim, não é uma alternativa viável executar de forma direta.

Já a execução indireta, através de contratação de empresa de engenharia especializada, garante inúmeros benefícios a administração pública, são eles:

- Aprimoramento da transparência e da competitividade: A realização do processo licitatório assegura a seleção da empresa com melhor qualificação técnica e capacidade operacional para a execução dos serviços, além de reforçar a transparência e a lisura dos procedimentos administrativos, conforme os princípios da legalidade, impessoalidade e publicidade;
- Acesso a maior expertise técnica: Empresas especializadas, com histórico comprovado de atuação em serviços similares, agregam conhecimento técnico e domínio de boas práticas executivas, resultando em maior precisão, eficiência e qualidade na execução contratada;
- Conformidade com as normas técnicas vigentes: A familiaridade das empresas com os regulamentos normativos específicos do setor garante a execução em conformidade

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

com os padrões técnicos exigidos, assegurando a durabilidade, funcionalidade e desempenho adequado das soluções implantadas;

- Maior aderência ao cronograma de execução: A estrutura organizacional, os processos internos e os métodos padronizados adotados pelas empresas contratadas contribuem significativamente para o cumprimento dos prazos estabelecidos em contrato, reduzindo a possibilidade de atrasos injustificados;
- Mitigação de riscos contratuais: A elaboração da Matriz de Riscos, prevista na fase de planejamento da contratação, permite à administração pública identificar previamente eventuais riscos e estabelecer mecanismos de controle e responsabilização, resguardando o interesse público no caso de sua materialização;
- Proposição de soluções técnicas alternativas: A experiência acumulada pelas empresas executoras possibilita, durante a fase de execução, a sugestão de ajustes e melhorias técnicas que possam contribuir para o melhor desempenho do objeto contratado, respeitando os limites legais e contratuais estabelecidos.

Visando ainda, verificar qual alternativa tem sido utilizada por outros municípios no Estado de Pernambuco, foi realizada consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, reforçando ser uma alternativa comum ao atendimento de necessidades similares, conforme demonstrado abaixo:

Aviso de Contratação Direta nº 007/2025/2025

Id contratação PNCP: 35444991000186-1-000031/2025

Modalidade da Contratação: Dispensa Última Atualização: 18/08/2025

Órgão: MUNICÍPIO DE CARNAUBEIRA DA PENHA Local: Carnaubeira da Penha/PE

Objeto: Contratação de empresa de engenharia especializada para execução de reforma e requalificação dos quiosques da praça Alfredo Lopes no Município de Carnaubeira da Penha, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.



Edital nº 90025/2025

Id contratação PNCP: 10150076000157-1-000061/2025

Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 13/08/2025

Órgão: MUNICÍPIO DE ITAQUITINGA Local: Itaquitanga/PE

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REFORMA DA PRAÇA, DO DISTRITO DE CHÃ DE SAPÊ MUNICÍPIO DE ITAQUITINGA -PE.



Edital nº 007/2025

Id contratação PNCP: 11049855000123-1-000103/2025

Modalidade da Contratação: Concorrência - Eletrônica Última Atualização: 12/08/2025

Órgão: MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO Local: Vitória de Santo Antão/PE

Objeto: Contratação de obras a ser executada por empresa na área de engenharia para a reforma da praça do Rotary, localizada no bairro do Livramento, na Rua Padre Anchieta, da cidade de Vitória de Santo Antão – PE, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.



Dessa forma, diante do que fora apresentado, constata-se que a execução indireta através da contratação de empresa de engenharia especializada, é a alternativa que melhor atende a necessidade do município de Garanhuns/PE.

6 – ESTIMATIVA DE VALORES

Este item visa atender a ao seguinte elemento **obrigatório** do ETP:

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Art. 18, § 1º, inciso VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

Para realização da estimativa, foi realizado a média de valores de outras contratações similares e multiplicado pela área aproximada da referida praça, obtendo-se o valor de **R\$ 809.426,79** (oitocentos e nove mil quatrocentos e vinte e seis reais e setenta e nove centavos), conforme demonstrado abaixo e em planilha anexa:

Nº	Descrição da Contratação	Área (m²)	Custo médio (R\$/M²)	Estimativa de custo total (R\$)
01	Praça Dom Moura trecho 03, localizada entre a avenida Afonso Pena e a rua Dantas Barreto, no Bairro Santo Antônio.	1.964,47	355,11	809.426,79

Os quantitativos apresentados servem de ordem de grandeza para estimar o valor da contratação. Este valor sofrerá alterações após a realização dos projetos executivos e elaboração da planilha orçamentária correspondente.

IV – DESENVOLVIMENTO DA MELHOR SOLUÇÃO

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Este item visa atender a ao seguinte elemento do ETP:

Art. 18, § 1º, inciso VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

A solução que melhor atende a necessidade da administração, constitui o processo licitatório a ser realizado com o seguinte objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REQUALIFICAÇÃO DO TRECHO 3 QUE JUNTO COM OS TRECHOS 1 E 2 CARACTERIZAM A PRAÇA DOM MOURA, LOCALIZADA NO BAIRRO SANTO ANTÔNIO, NA CIDADE DE GARANHUNS - PE**, a ser realizado na modalidade de **CONCORRÊNCIA**, com critério de julgamento do tipo **MENOR PREÇO** e execução indireta através do regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

A definição da solução como um todo, com suas exigências de manutenção, depende da elaboração do projeto básico completo, bem como de definições de projeto, não sendo possível nesta etapa preliminar de estudo uma definição completa.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

8 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Este item visa atender a ao seguinte elemento **obrigatório** do ETP:
Art. 18, § 1º, inciso VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

O objeto em questão não será parcelado, sendo esta opção a mais vantajosa para a administração.

Trata-se de um objeto simples, em que o seu parcelamento implicaria na realização de um controle maior da execução dos serviços, devido ao fato de existir mais de um contrato a ser gerenciado pela secretaria correspondente.

Além disso, do ponto de vista técnico, é mais vantajoso a execução ser realizada pela mesma empresa, pois viabiliza padronização na execução, maior controle dos prazos e responsabilização única.

9 – RESULTADOS PRETENDIDOS

Este item visa atender a ao seguinte elemento do ETP:
Art. 18, § 1º, inciso IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

Com a realização desta contratação, visa-se:

- **Promover a coesão social:** através da valorização dos espaços públicos é possível incentivar o fluxo de pessoas e a integração da comunidade, promovendo a interação entre diferentes faixas etárias;
- **Promover o bem-estar psicológico:** as praças são locais que promovem relaxamento, descanso, praticar atividades físicas, interação social e contato com a natureza;
- **Promover um ambiente saudável:** as praças são os locais com mais vegetação nas cidades, o que ajuda a melhorar a qualidade do ar e reduzir a poluição;
- **Promover a valorização do espaço:** os frequentadores podem se sentir mais responsáveis pela preservação do espaço, o que pode levar a uma postura participativa da população;
- **Proporcionar a recuperação de espaços subutilizados no município:** a população passa a frequentar aquele local, integrando-o a comunidade,

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

construindo vínculos sociais naquele espaço e servindo de ponte para o enfrentamento dos problemas de violência e marginalização de ambientes;

- **Promover a valorização imobiliária:** a reforma e construção de praças aumentam o valor dos imóveis próximos, pois oferecem um ambiente mais agradável e atrativo. Além disso, a infraestrutura adequada estimula o desenvolvimento urbano e atrai investimentos;
- **Manutenção da rota religiosa:** a reforma é essencial para manutenção da praça como rota religiosa deste município.

10- PROVIDÊNCIAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Este item visa atender a ao seguinte elemento do ETP:

Art. 18, § 1º, inciso X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Previamente à celebração do contrato, faz-se necessário:

- Definir os responsáveis pela fiscalização e gerência do contrato através de portaria e capacitá-los ao exercício de suas funções, sendo esta uma meta a ser cumprida pela Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos;
- Definir o fiscal técnico da execução da obra;

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Este item visa atender a ao seguinte elemento do ETP:

Art. 18, § 1º, inciso XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

Não se aplicam outras contratações ao objeto, pois ele possui funcionalidade e é capaz de solucionar a necessidade da administração por si só.

12- POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

Este item visa atender a ao seguinte elemento do ETP:

Art. 18, § 1º, inciso XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refulgos, quando aplicável;

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

A contratação decorrente deste estudo, exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

A licença ambiental será providenciada pela Prefeitura de Garanhuns, sendo a manutenção e gerenciamento da mesma responsabilidade da empresa contratada.

A empresa deverá atentar-se as seguintes exigências/recomendações:

1. Executar a obra de acordo com o Projeto Executivo de Engenharia apresentado, ficando proibida a expansão dessa área sem prévia anuência da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente - SDRMA;
2. A ocupação deverá ser feita de modo a preservar o máximo possível o escoamento natural das águas evitando a possibilidade de estagnações, alterações prejudiciais aos recursos hídricos, ao solo, etc.;
3. A instalação do canteiro de obras deve estar de acordo com a legislação vigente, especialmente no que diz respeito à proteção do meio ambiente;
4. Não será permitido o lançamento no solo de qualquer efluente líquido, principalmente as águas servidas e/ou resíduos provenientes da manutenção (óleo, graxas etc.) dos equipamentos, sem tratamento adequado;
5. A coleta e destinação final dos resíduos apenas deverão ser realizadas por empresas licenciadas ambientalmente;
6. A obra deverá ser realizada de acordo com as normas da ABNT e o que recomenda as Normas Brasileiras, sendo sua execução de inteira responsabilidade da empresa contratada;
7. A vegetação nativa é protegida pela Lei Federal de nº. 12.651/2012 e não poderá ser retirada sem prévia autorização da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente - SDRMA;
8. Caso identificada a necessidade de supressão de vegetação, solicitar previamente à Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente - SDRMA a respectiva autorização;
9. Deverá ser respeitado o nível de intensidade de sons ou ruídos, de acordo com a Lei Municipal nº 4.224/2015 e, Normas NBR 10.151, 10.152 e Resolução CONAMA 01/1990;
10. A empresa deverá seguir os preceitos da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei Federal nº, 12.305/10, Política Estadual de Resíduos Sólidos – Lei nº, 14.236/10 e da Resolução CONAMA 307/2022, além das demais legislações vigentes e pertinentes à questão de resíduos sólidos;

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

11. A empresa deverá cumprir as exigências previstas na Lei Municipal Nº 4.619/2019 que dispõe sobre o Licenciamento Ambiental e infrações administrativas;
12. Deverá ser afixada a Licença Ambiental em lugar visível no canteiro de obra, sob as penas da lei;
13. O não atendimento as exigências e prazos implicará na perda de validade da Autorização Ambiental.

V – PARECER CONCLUSIVO

14 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Este item visa atender a ao seguinte elemento **obrigatório** do ETP:
Art. 18, § 1º, inciso XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Com base nos estudos e análises aqui expostos, conclui-se pela **viabilidade** da contratação na forma avaliada neste estudo técnico.

Frisa-se, ainda de acordo com tal dispositivo, que o objetivo deste ETP é servir de base ao projeto básico a ser elaborado posteriormente. Por essa razão, não foi objetivo deste documento adentrar em algumas questões técnicas e/ou escolha de metodologias construtivas que constituírem definições aplicáveis à etapa de desenvolvimento dos projetos.

Garanhuns, 17 de setembro de 2025.

Elaboração do ETP:

Emanuella Santos Souto
Matrícula Nº 0025896

Secretaria de Planejamento e Projetos.


EMANUELLA SANTOS SOUTO
ENGENHEIRA CIVIL
CREA PE Nº 1820693465

Aprovação:

Sandro Wlaudemyr De Oliveira Gomes
Matrícula 0025581 - Portaria 45/2025-GP
Secretário de Planejamento e Projetos.

Elaboração do ETP:

Aprovação:

Sinval Rodrigues Albino
Secretário de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos
Portaria nº 04/2025-GP E 05/2025-GP